

Por um Plano estrutural para a colmatação do Abandono Escolar

O abandono escolar tem vindo de forma crescente a ser denunciado e debatido, ainda não há dados que façam um retrato aprofundado, porém, os estudos que existem e os relatos dos estudantes e das próprias IES são alarmantes. Sendo as dificuldades económicas preditoras de abandono escolar, traçamos nesta moção as linhas gerais de uma intervenção que possa colmatar estas dificuldades.

O problema do abandono escolar

O acesso aos mais elevados graus de Ensino é uma decisão tomada por grande parte dos jovens, afigurando-se não só como uma forma de concretização individual e profissional, mas também para a intervenção transformadora na sociedade. Desde 2013, depois do auge da crise económica, o número de candidatos tem vindo a aumentar, tendo havido apenas uma quebra em 2018. O aumento excecional em 2020 veio reforçar a tendência crescente (ver Tabela 1). Contudo, a frequência no Ensino Superior é alvo de grandes impedimentos. E por consequência muitos estudantes acabam por ficar de fora.

Evolução do número de candidatos, colocados e matriculados - Tabela 1

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Candidatos	52.876	48.683	49.825	54.211	56.171	58.479	55.408	57.156	67.671
Colocados	48.985	45.822	45.799	49.166	50.208	51.919	50.525	51.086	58.372
Matriculados	44.044	41.568	41.224	44.158	45.116	46.343	45.135	45.888	52.761

Entre diversas perspectivas que se podem ter em relação aos princípios fundamentais do Ensino Superior, ninguém pode negar que no centro da discussão devem estar os estudantes e o seu direito à educação e formação.

Em 2020 a diferença entre os estudantes que se candidataram e demonstraram a vontade de frequentar o Ensino Superior e os que efetivamente se matricularam foi à volta dos 15 mil candidatos, mantendo-se a tendência neste ano lectivo. É ainda importante considerar aqueles que, após conclusão do ensino secundário, *a priori* excluem a hipótese de se candidatarem por acreditarem que para eles não é uma opção.

Posto isto, é inegável que as desigualdades no Ensino Superior não se esgotam na dificuldade de acesso que certos estudantes poderão enfrentar. As desigualdades que existem à partida, e que se poderão manifestar no momento do acesso, podem, também, condicionar o percurso escolar no Ensino Superior, podendo determinar diferentes taxas de abandono. Os recursos financeiros são um fator crítico para a permanência no Ensino Superior dos estudantes de agregados familiares com menores rendimentos. As barreiras sociais e económicas de acesso e frequência são preditoras da exclusão, intensificação das desigualdades e desistência de milhares de estudantes.

O desemprego e perda de rendimentos, especialmente durante a pandemia da COVID-19, originou consequências económicas nas famílias o que tornou a progressão dos estudos cada vez mais instável, abrindo portas para a generalização dos casos de abandono escolar.

Apesar de Portugal ter conseguido alargar, ainda de forma extremamente insuficiente, o número de jovens neste grau de ensino, não conseguiu reduzir substancialmente as taxas de abandono, sendo necessário a **construção de um plano com uma abordagem estrutural** para a colmatação deste fenómeno. Para isso é necessário **considerar as insuficiências financeiras, materiais e humanas no funcionamento e qualidade das instituições de Ensino e dos Serviços da Acção Social Escolar associadas aos custos do alojamento, alimentação, das propinas, taxas e**

emolumentos e dos materiais de estudo; tal como a falta de acompanhamento dos estudantes a nível pedagógico e psicológico e as próprias limitações sobre o papel do Movimento Associativo Estudantil indispensável para a integração formal e informal dos estudantes.

Ação Social Escolar

Os dados indicam que os estudantes que beneficiam de apoios da Ação Social Escolar apresentam uma menor taxa de abandono. No entanto, é também verdade que ficam desprotegidos muitos estudantes que tendo requerido esses apoios viram o seu pedido recusado. As bolsas de estudo são atribuídas apenas a estudantes cujo rendimento familiar per capita é próximo do salário mínimo nacional, o que coloca numa situação de não elegibilidade para bolsa muitos estudantes com baixos rendimentos.

Com o aumento do custo de vida e a perda de rendimentos particularmente nos últimos 2 anos, o número de pedidos de bolsa tem aumentado ano após ano e em janeiro de 2022 ultrapassou valores recorde, chegando às 104.149 submissões de requerimento de bolsas de estudo, dos quais apenas 70.802 foram deferidos.

A Ação Social Escolar tem-se mostrado cada vez mais insuficiente. Até ao ano letivo de 2020/2021 o valor da bolsa mínima era equivalente ao valor máximo da propina de 1º ciclo, acabando por não ser suficiente para fazer face às restantes despesas inerentes à frequência do Ensino Superior. Estes mecanismos permitem a desvirtuação do objetivo da Ação Social Escolar, que funciona em muitos casos como uma forma de colmatar desigualdades que são criadas pela existência de propinas.

As Propinas

Devido ao reduzido financiamento por parte do Estado no Ensino Superior em Portugal, uma parte do orçamento das Instituições do Ensino Superior é assegurado diretamente pelos estudantes e as suas famílias, sobretudo através das propinas. O valor máximo desta taxa, em 1992, era aproximadamente 6€, valor que sofreu aumentos, chegando mesmo a atingir os 1063,47€ no 1º ciclo, valor que se manteve até 2018/2019. No ano letivo de 2019/2020 deu-se a primeira descida desse valor, situando-se nos 871€, e no ano letivo seguinte esse valor desceu para os 697€, provando que é possível a sua eliminação.

Entre outros factores, a desregulação do preço das propinas de 2º ciclo tem sido utilizada para colmatar as falhas do subfinanciamento público, atingindo valores exorbitantes. Na Tabela 2, podemos ver a taxa de abandono escolar nos vários graus de ensino, sendo o 2º ciclo aquele em que o abandono escolar é maior. Tendo em conta que a diferença entre este ciclo e os Mestrados Integrados é maioritariamente monetária e que as bolsas conseguem cobrir os primeiros, fica bastante claro o impacto dos preços praticados na permanência dos estudantes no Ensino Superior.

Média da proporção de estudantes que abandonam o curso um ano depois da sua matrícula por tipo de curso - Tabela 2

Subsistema: Politécnico e Universitário	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019
	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020
Licenciatura 1º Ciclo	9,2%	8,8%	8,6%	8,8%
Mestrado 2º Ciclo	nd	17,1%	16,4%	15,8%
Mestrado Integrado	3,0%	3,1%	3,3%	3,5%

Nota: Estes valores resultam da média das taxas de abandono dos cursos de ensino superior, ponderada pelo número de alunos inscritos no 1º ano pela primeira vez no conjunto dos 2 anos letivos considerados.

O Alojamento

Já em relação ao alojamento, à data de 2019, pré-pandemia, os dados apontavam para a existência de 15.000 camas em residências estudantis, valor que atualmente, com as restrições da COVID-19, será mais reduzido. É importante ter em conta que o número de estudantes matriculados em 2019 era inferior aos números deste ano lectivo, não sendo possível verificar o efectivo aumento do número de camas anunciado pelo Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior. O número de camas disponíveis em residências estudantis públicas de qualidade é claramente inferior às reais necessidades dos estudantes - problema cuja criação de protocolos com entidades de alojamento privado não vem resolver. Consequência desta realidade, os estudantes são empurrados para o mercado imobiliário, onde os preços têm vindo sistematicamente a aumentar, nomeadamente nas grandes cidades, em que se encontra grande parte da oferta formativa no Ensino Superior.

O acompanhamento psicológico

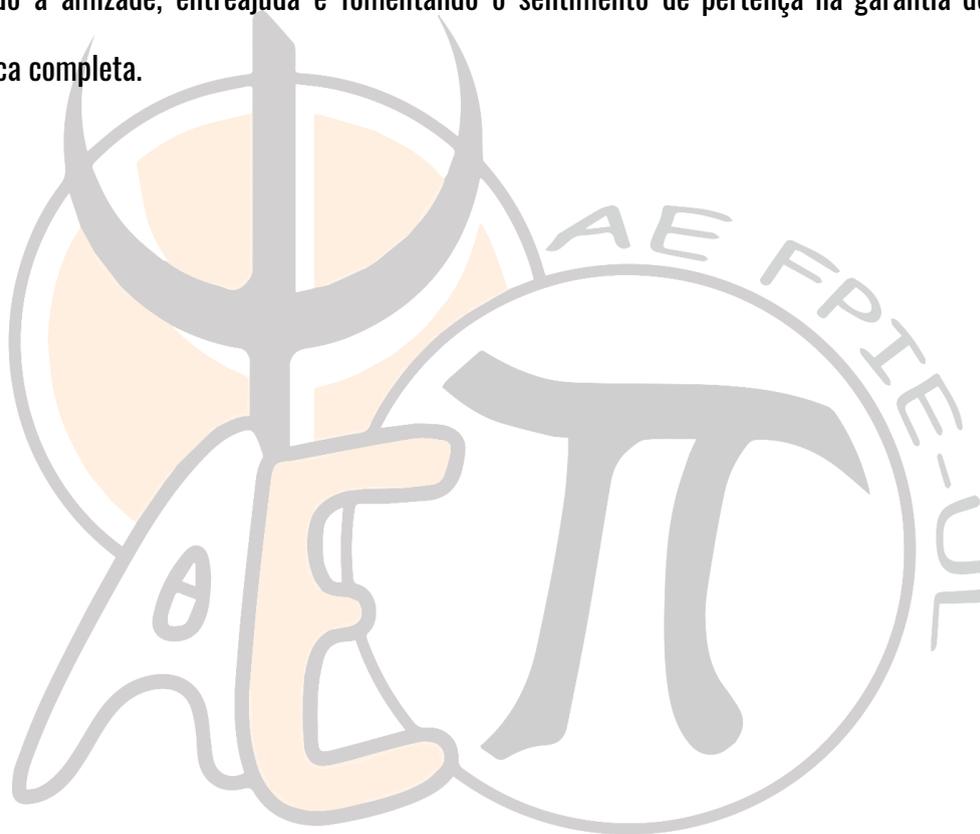
Relativamente ao acompanhamento psicológico dos estudantes que o procuram, os resultados não são muito animadores. Num estudo feito pela Federação Académica de Lisboa, da fatia de estudantes que já recorreram às soluções das Instituições de Ensino Superior 56,1% dizem que não viram o seu problema resolvido, mostrando assim insuficiências que urgem resolução. É também importante ter em conta que 22,6% nem sequer procurou ajuda por dificuldades económicas.

As Cantinas

Relativamente à alimentação, a par do aumento do custo de vida que tem aumentado, as cantinas públicas têm sido encerradas ou concessionadas, o que provoca a progressiva diminuição dos espaços com refeição social. Embora seja muitas vezes um problema tratado como menor, não pode ser desvalorizado uma vez que contribui para a vulnerabilização dos estudantes, deixando-os sem grandes opções além de despender mais dinheiro ou optar por refeições menos saudáveis.

O papel do Movimento Associativo Estudantil

Um outro factor a considerar é o papel desempenhado em particular pelo Movimento Associativo Estudantil, mas também outros grupos formais e informais de estudantes nas práticas de integração, cuja iniciativa tem vindo a ser limitada - o que se agravou com as restrições da COVID-19 - destacando-se: ataques à participação democrática, a restrição de campanhas, espaços de discussão e decisão, e até, por vezes, o usufruto de espaços. O convívio, a diversão, fruição culturais e a prática desportiva são parte determinante de uma verdadeira integração nas Instituições do Ensino Superior, facilitando a amizade, entreajuda e fomentando o sentimento de pertença na garantia de uma vida académica completa.



Não basta falar de abandono escolar no abstrato, é preciso procurar soluções. A realidade e os dados que disponíveis deixam à vista as fragilidades do Ensino Superior e é urgente que se ponha em prática um plano que caminhe no sentido oposto à tendência que estamos a presenciar. É necessário garantir o direito universal ao Ensino Superior, independentemente da sua situação económica e social, enquanto salvaguarda do desenvolvimento do país e da emancipação da juventude.

Face ao exposto urge construir um plano para a colmatação do abandono escolar que considere e parte dos seguintes pontos base:

- 1. Reforçar o financiamento público para as instituições do Ensino Superior e os mecanismos da Acção Social Escolar;**
- 2. Assegurar o cumprimento do artigo 74º da Constituição da República Portuguesa, apontando para a gratuidade do Ensino Superior, extinguindo propinas, taxas e emolumentos;**
- 3. Aumentar a qualidade das residências e reforçar a oferta de camas de forma a que todos os estudantes que necessitem tenham um sítio onde ficar. Agilizando todas as obras que já estão em curso e continuando um esforço para que se efetive o PNAES e se vá mais além;**
- 4. A partir da Acção Social Escolar, reforçar os serviços de psicologia, o número de psicólogos e de técnicos especializados de forma a que o acompanhamento e sinalização das necessidades dos estudantes seja cada vez mais preciso e eficaz;**
- 5. Garantir a existência cantinas públicas, com refeição social, suficientes e de qualidade em todas as Instituições de Ensino Superior;**
- 6. Valorizar o Movimento Associativo Estudantil e outras formas de organização dos estudantes na promoção crescente de iniciativas e do sentimento da integração dos estudantes na instituição em que estudam.**

Proponentes: AEFPIE-UL

Destinatários: MCTES, Grupos Parlamentares

Fontes:

Plataforma: <https://www.student.alfredo.pt/>

Estudo EDULOG (2021), *“Estudantes nacionais e internacionais no acesso ao ensino superior: quem são, que escolhas fazem e como acedem ao mercado de trabalho Setembro de 2021”*

Estudo FAL (2021), *“Impacto da Covid-19 nos Estudantes do Ensino Superior ”*

Direção-Geral do Ensino Superior (2021), *“Acompanhamento da execução do Plano Nacional para o Alojamento Estudantil”*

Direção-Geral do Ensino Superior (2021) *“Informação Estatística - Bolsas de Estudo para Estudantes do Ensino Superior”*

